

Por ipê, madeireiros abrem mais de 200 km de estradas na Amazônia

Em 2016 foram mapeados 56 km de estradas em reserva do PA, quase um 1/4 do total deste ano

Reserva Extrativista (Resex) Riozinho do Anfrísio, de 736 mil hectares, é habitada por cerca de 80 famílias

FABIANO MAISONNAVE
DE MANAUS

Atrás de ipês, a árvore mais cobiçada da Amazônia, madeireiros abriram, apenas no mês de setembro, 104 km de estradas ilegais na Reserva Extrativista (Resex) Riozinho Anfrísio (PA), de acordo com levantamento do Instituto Socioambiental (ISA) realizado a partir de imagens de satélite.

Ao todo, os madeireiros rasgaram ali 200 km de estradas de junho a outubro, o período mais seco na região. O custo estimado é de R\$ 1,4 milhão —cada quilômetro de terra construído na região sai em torno de R\$ 7 mil.

Além dos satélites disponíveis gratuitamente, o ISA usou um radar de alta resolução (Radarsat-2) e, nos locais onde há atividade comprovada, o Worldview-3, que permite até mesmo enxergar caminhões madeireiros dentro da área protegida.

A avaliação do instituto é que os madeireiros vêm mudando de tática para driblar os satélites de resolução menor. As estradas ficaram mais estreitas, e, na construção, os madeireiros evitam derrubar árvores com copas maiores, dificultando a detecção do alto.

Além disso, os pátios de estocagem dentro das áreas protegidas agora são mais raros —as árvores são levadas diretamente para a serraria ou processadas perto dos locais de extração por meio de serrarias portáteis.

AMEAÇAS

O roubo de madeira é antigo ali, mas ocorria em ritmo menor —no ano passado, foram 56 km de estradas construídas, quase um quarto do total acumulado neste ano.

Recentemente, os madeireiros se aproximaram das moradias das cerca de 80 famílias extrativistas, que vivem de produtos como castanha, borracha e copaíba.

Segundo uma das lideranças locais relatou à reportagem, sob condição de anonimato, os madeireiros já até se hospedam na casa dos moradores. A liderança também afirma que a associação tem procurado os órgãos fiscalizadores, mas sem resultado. A alegação seria de “falta de perna”.

Apesar de alguns moradores terem sido cooptados pelos madeireiros, a associação dos extrativistas se recusa a negociar com eles. A prioridade, diz a liderança, é manter a floresta em pé.



Instituto Socioambiental



Imagens feitas por satélite mostram estradas abertas em reserva extrativista no Pará

Rodrigo Vargas/Folhapress



Toras de ipê abandonadas em MT; fiscalização tem tido dificuldade em realizar flagrantes

A Resex é de responsabilidade do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). O gestor da unidade, Leonardo da Silveira, admitiu que houve uma “ampliação significativa” das estradas, mas que só tem dois servidores para cuidar dos 736.000 hectares da Resex, o equivalente a 93 Parques Estaduais da Cantareira.

Para combater os criminosos, Silva diz que tem feito o monitoramento por meio de sobrevoados e denúncias. As informações subsidiam operações em que participam fiscais de outras unidades de conservação. Com isso diz, houve apreensões de caminhões e equipamentos dos madeireiros, além da destruição de pontes improvisadas.

ALTO VALOR

“O ipê é a madeira mais valiosa da floresta amazônica, podendo chegar até a US\$ 2.500 o metro cúbico, em formato de piso ou deck, nos portos de exportação”, afirma Rômulo Batista, da campanha Amazônia do Greenpeace. “Isso faz valer a pena que madeireiros ilegais vão cada vez mais fundo, invadindo unidades de conservação e terras indígenas.”

Para Batista, a exploração do ipê, destinado principalmente à exportação, se beneficia do controle frágil sobre o licenciamento de planos de manejo florestal, algo que seria responsabilidade dos governos estaduais.

“Os responsáveis técnicos inventam árvores para gerar mais crédito. É o que chamamos de inventado florestal. Esses créditos são utilizados para esquentar madeira roubada de locais proibidos, como terras indígenas e unidades de conservação, causando destruição e violência”, diz.

“Como o acesso a esse tipo de madeira é cada vez mais estrito, as pessoas não cooptadas nesse processo acabam sofrendo ameaças. Muitas acabam entrando na lista de homicídios cometidos por disputa de terra”, afirma Batista.